

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: “Reformas garantem crescimento sustentável”

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 11/05/2018

Caderno: Opinião

Página: A2

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

“Reformas garantem crescimento sustentável”

Único representante da América Latina na 48ª Conferência das Américas, em Washington, D.C. (EUA), o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcello Estevão defendeu que o crescimento sustentável na região depende da continuidade das reformas institucionais observadas em vários países.

Segundo ele, a experiência brasileira é emblemática dos

de negócio (inclusive para importação e exportação de bens e serviços) e uma reformulação do sistema de leilões para investimentos em infraestrutura.

De acordo com o secretário, outros países da América Latina também estão progredindo em termos de reformas estruturais, o que os tornarão ainda mais resilientes a choques internacionais e aumentará o crescimento potencial da região.

benefícios desse desenvolvimento institucional. “Desde que derrotamos a altíssima inflação em meados dos anos de 1990, estamos implementando mudanças que dão apoio à estabilidade e ao crescimento econômico”, disse.

Durante a conferência, Estevão relatou que embora este progresso não seja contínuo, a atual resistência da economia brasileira a choques externos é o resultado desta tendência.

Durante o evento, o secretário também defendeu a aprovação da reforma da Previdência como forma de “ancorar” o ajuste fiscal brasileiro no longo prazo, o fechamento de acordos bilaterais, a integração do Mercosul aos fluxos do comércio internacional e atração de investimento privado para o setor de infraestrutura. Este último ponto é uma prioridade da agenda de trabalho do G-20 para os próximos anos e no

Na avaliação do representante brasileiro, a correção de rumo que o governo vem implementando desde meados de 2016 foi fundamental para sedimentar esta condição de menor vulnerabilidade.


Entre as medidas, citou as reformas estruturais fiscais, do mercado de trabalho, do mercado de crédito, do sistema educacional e da governança das empresas estatais, além de várias melhorias no ambiente

momento está sob a liderança do Brasil e da Austrália.

Entre os temas discutidos na 48ª Conferência da América, destaque para: fontes de crescimento na América Latina; crise na Venezuela; distúrbios financeiros na Argentina e o papel da China na Região.

Estevão foi chefe de missão do FMI (Fundo Monetário Internacional) em Washington (EUA) e está no cargo atual desde 2016.


CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Decisão		Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 11/05/2018	
	Caderno: Opinião	Página: A3	

DECISÃO

O juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal e de Crimes contra a Ordem Tributária da Comarca de Manaus, condenou o município de Manaus e o Instituto de Ordem Social e Planejamento Urbano a procederem a fiscalização e o levantamento de todos os imóveis não utilizados, subutilizados ou abandonados na capital do Amazonas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Vendas de imóveis em recuperação		Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 11/05/2018	
	Caderno: Economia	Página: A5	

Preço médio do imóvel recuou 1,1% entre março e abril e mercado imobiliário projeta bons negócios

Vendas de imóveis em recuperação

ANTONIO PARENTE
aparente@jam.com.br

Apesar da queda nacional de 1,1% no preço médio do valor do imóvel, na passagem de março para abril, segundo dados do IPH (Índice Proprietário-Hiperfidelidade), representantes do setor afirmam, que o mercado imobiliário em Manaus ainda encontra-se em ritmo de recuperação, mas com grande expectativa de crescimento nas vendas no segundo semestre.

A falta de crédito ainda é grande empecilho na hora do consumidor fechar a compra

De acordo com a presidente do Sindimóveis-AM (Sindicato de Corretores de Imóveis do Amazonas), Márcia Chagas, com o atual cenário econômico e a queda nos preços, houve uma supervalorização com a grande quantidade de imóveis que foram lançados, mas por se tratar de uma fase de re-

cuperação no mercado, ainda existem algumas dificuldades na hora de fechar negócio na hora das vendas.

"A oferta ainda está grande e a procura, por maior que seja, ainda esbarra em dificuldades na hora da compra do imóvel. A queda nos preços é uma ótima oportunidade pra quem quer

comprar. As altas dos juros acabaram deixando o estoque muito alto. Aí tem que tirar esses imóveis 'da prateleira'. Ou vende ou fica pagando os custos do imóveis fechados", disse.

Outro empecilho encontrado pelas imobiliárias no momento da negociação são as dificuldades que o consumidor tem em atingir todos os trâmites necessários para a aprovação da compra. "A falta de crédito, a renda, os custos de emolumentos cartorários e o IPTU (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis),



Queda nos preços é uma ótima oportunidade para comprar

ainda são grandes empecilhos na hora do consumidor fechar a compra", ressaltou.

Segundo a corretora Tatiana Licata, apesar do dinamismo do mercado, com os preços e as influências de fatores como as altas taxas de juros, a burocracia dos bancos e dificuldade na aprovação do crédito, o cenário do setor está bastante positivo e a expectativa é de melhora.

"Está havendo um crescimento pequeno, mas não temos notado recuo nas vendas. No

geral, tenho observado um mercado com perspectivas muito boas. Temos muita demanda, muitas pessoas que estavam segurando dinheiro, já querem investir. As construtoras estão bastante animadas com os novos lançamentos e isso atrai o comprador", disse.

Compra e venda

Segundo a presidente do Sindimóveis, além do mercado de vendas de imóveis novos estar bastante movimentado, a

venda de imóveis usados também tem se mostrado com grande vislumbre de potencializar vendas no segundo semestre. Ela explica que muitos proprietários, por motivos pessoais ou investimentos, têm procurado se desfazer do seu imóvel usado. É o caso da professora Beatriz Santos, 31, dona de um apartamento de médio padrão no bairro do Tarumã, zona Oeste da cidade, ela colocou a placa para venda com o objetivo de comprar uma casa mais próxima do seu trabalho.

"Gosto muito de onde moro, mas por motivo de logística e distância estou planejando vender para morar mais perto do trabalho. Tenho gastado muito tempo no trânsito e dinheiro com combustível na hora de se locomover do trabalho para casa. Tenho tido dificuldade em encontrar comprador, os bancos não têm mostrado facilidade para financiar e as pessoas não têm dinheiro para comprar a vista e isso tem sido uma barreira muito grande", disse.

Metros quadrados

O IPH contempla o preço

médio em 100 cidades e a cifra já absorve também a inflação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) de março (+0,09%). Com isso, o valor médio do metro quadrado brasileiro chegou a R\$ 6.121, explica a pesquisa. Segundo Licata, em Manaus a média do preço do metro quadrado de um imóvel está entre R\$ 4,5 mil a R\$ 5,5 mil.

"Em Manaus o preço do metro quadrado do imóvel é muito relativo. Tudo depende da construtora, localização e condomínio. E a média de preço está entre R\$ 4.500 a R\$ 5.500 sem IPTU, esses preços são os de alto padrão. O IPTU e registro grátis são para o programa Minha Casa e minha Vida", ressaltou.

Por dentro

Em parceria com a Caixa Econômica Federal, a Ademi-AM (Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Estado do Amazonas), estará realizando uma feira de imóveis, do dia 25 a 27 de maio, no Manaus Plaza Shopping. Mais uma oportunidade para quem deseja adquirir seu imóvel próprio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Grupo é instrumento de representatividade social

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 11/05/2018

Caderno: Economia

Página: A7

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Comitê Cidadão aproxima sociedade civil e esferas governamentais

Grupo é instrumento de representatividade social

RIANNA CARVALHO
r.loureiro@cam.com.br

Preocupados com a crise de representatividade social em Manaus, lideranças religiosas, empresariais e comunitárias decidiram criar o "Comitê Cidadão" para atuar como um meio de diálogo entre a sociedade e lideranças governamentais. A entidade criada em 2015 tem como um de seus líderes, o empresário e pastor Stanley Braga.

Braga disse que a organização se propõe a ser um espaço de diálogo e de união em prol de causas relevantes e da fiscalização dos atos do poder público. "Trata-se de uma insti-

tuição apartidária formada por representantes legitimados pela sociedade, com respaldo ético e moral para debater temas de interesse da coletividade amazense", relatou.

Braga informou ainda que o comitê tem parceria com os principais órgãos da sociedade amazonense, Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas), ACA (Associação Comercial do Amazonas) e OAB-AM (Ordem



Comitê Cidadão entrega assinaturas para a campanha '10 medidas contra a corrupção'

dos Advogados do Brasil).

"O comitê não quer substituir competências, mas influenciar positivamente a boa caminhada", enfatizou o empresário. Ele disse ainda que como porta voz do comitê, foi criado o programa de rádio Interligados. "Servimos como um meio de diálogo entre o povo e os governantes e o programa ajuda a estreitar esse laço por meio do tripé do programa que é Empreendedorismo, Família e

Educação", concluiu.

Segundo o representante do Comitê, a entidade já coleciona alguns êxitos. "Conseguimos mobilizar mais de 3 mil assinaturas para a campanha '10 medidas contra a corrupção'. Conseguimos junto à Prefeitura de Manaus, asfaltar algumas ruas do Distrito Industrial que estavam em situações precárias e agora estamos promovendo atividades com foco no Plano de Mobilidade Urbana da capital",

relatou.

A nova entidade irá debater assuntos do cotidiano que se referem aos serviços públicos prestados à comunidade. Serão temas como educação, saúde, segurança, transporte público, tributação, meio ambiente, e outros que surgirem no meio das reuniões entre os próprios membros e outras com representantes da sociedade civil organizada.

Foto: Divulgação

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Bradesco e Santander cortam juros imobiliário

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 11/05/2018

Caderno: Negócios

Página: B3

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Bradesco e Santander cortam juros imobiliário

Movimento é uma reação à Caixa, que reduziu até 1,25 ponto porcentual das taxas de juros do crédito imobiliário utilizando recursos do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo)

Menos de um mês depois da Caixa Econômica Federal cortar em 1,25 ponto porcentual os juros para o crédito imobiliário, os bancos privados responderam e também anunciaram quedas no financiamento para a casa própria.

Nos últimos dias, Santander e Bradesco atualizaram as tabelas para o crédito imobiliário, tanto para o SFH (Sistema Financeiro da Habitação), para imóveis com valor venal de até R\$ 950 mil, quanto para o SFI (Sistema de Financiamento Imobiliário), a partir de R\$ 950 mil.



Movimento é uma reação à Caixa, que reduziu 1,25% o juros

ao SFI. O objetivo do movimento, segundo o presidente do banco, Sérgio Rial, foi conquistar participação nesse mercado. Em evento, o executivo declarou que o banco deve fomentar um pro-

cessos clientes”.

Segundo Marcelo Prata, fundador do Canal do Crédito, uma plataforma de comparação de preços para o setor, a queda anunciada pelos bancos privados

liza principalmente o interesse dessas instituições financeiras no mercado de crédito imobiliário”.

Dados da Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança) confirmam o avanço dos bancos privados no mercado de crédito imobiliário. Em março deste ano, o Bradesco liderou o mercado, com uma carteira de R\$ 1,1 bilhão, enquanto a Caixa apareceu em quarto lugar, com R\$ 712 milhões. Um ano atrás, no mesmo mês, a Caixa era a primeira colocada, com R\$ 2 bilhões.

A competição no ramo pode render grandes economias para quem pretende financiar um imóvel. Isso porque dados do Banco Central indicam um panorama mais geral de barateamento do crédito imobiliário: em um

O movimento é uma reação à Caixa, que reduziu até 1,25 ponto porcentual das taxas de juros do crédito imobiliário utilizando recursos do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo). Além disso, o banco também anunciou o aumento de 50% para 70% da cota de financiamento de imóvel usado. O banco Santander anunciou então uma redução na taxa de 9,49% ao ano para 8,99% no SFH, e de 9,99% para 9,49% pela Carteira Hipotecária, sistema semelhante


cessos de mudança, “com o estímulo à competição no mercado financeiro”. Também em abril, o Bradesco desceu os juros de 9,3% para 8,85% ao ano do SFH, e de 9,7% para 9,3% ao ano no SFI. O banco não informou o dia em que a alteração foi realizada.

No Itaú, as taxas continuaram as mesmas, a partir de 9% ao ano para SFH, e 9,5% para SFI. Em nota, o banco afirma que “já realizou, ao longo dos últimos anos, diversas reduções de taxas para oferecer as melhores condições

já era esperada. Para ele, agora que a Caixa corre atrás de recuperar sua participação no mercado com taxas mais atraentes, os demais bancos não devem abrir mão facilmente da fatia recentemente conquistada.

“Houve um movimento atípico, em que os bancos privados lideraram no ano passado os movimentos de baixa, o que geralmente é encabeçado pela Caixa”, explica Prata. “A resposta agora do setor privado, acompanhando a redução sina-

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Ap[os 6 meses de vigência, reforma trabalhista espera regulamentação		
	Veículo: D24AM	Data: 11/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: On-line	
	Link: http://d24am.com/economia/apos-6-meses-de-vigencia-reforma-trabalhista-espera-regulamentacao/		

Após 6 meses de vigência, reforma trabalhista espera regulamentação

As pessoas que acompanham de perto o tema estimam que somente após um ano de vigência das novas regras será possível ter uma visão mais realista dos reflexos da legislação

Agência Brasil / redacao@diarioam.com.br



Brasília – Meio ano após a implantação da reforma trabalhista, os resultados das mudanças ainda não são suficientes para uma análise profunda sobre os impactos gerados aos trabalhadores brasileiros. Entre os defensores das novas medidas, o principal triunfo foi a redução do número de ações trabalhistas no período, dado questionado pelos críticos da reforma.



De janeiro a março, houve queda de 45% no total de ações na Justiça. Trabalhadores e empregadores aguardam regulamentação da reforma (Arquivo/Agência Brasil)

A falta de regulamentação após a perda de vigência de uma medida provisória sobre o tema é o principal motivo para, segundo especialistas, o aumento da insegurança de empregadores, funcionários, advogados e da própria Justiça trabalhista.

As pessoas que acompanham de perto o tema estimam que somente após um ano de vigência das novas regras será possível ter uma visão mais realista dos reflexos da legislação.

Ações trabalhistas

Segundo o Tribunal Superior do Trabalho (TST), os três primeiros meses deste ano registraram queda de 45% no número de processos trabalhistas em relação a 2016 e 2017. Para o TST, 243 mil pessoas entraram com novas ações em outubro do ano passado, um mês antes da entrada em vigor da lei.

O número subiu para quase 290 mil processos em novembro, um recorde para a série histórica, motivado pela tentativa dos trabalhadores de se anteciparem ao início da vigência da lei. Em dezembro e janeiro, houve grande queda, com uma leve recuperação nos meses de fevereiro e março.

O deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator do projeto da reforma na Câmara, classifica de “sucesso” o menor número de ações ajuizadas pelos trabalhadores. Em entrevista à Agência Brasil, ele afirmou que as novas regras têm gerado economia para a sociedade, com as ações sendo ingressadas de modo “mais responsável”.

“A qualidade dos processos também aumentou. A Justiça trabalhista continha um número de pedidos que não tinha procedência. Então, a litigância frívola ou aventureira foi reduzida. Isso melhora muito, pois dá celeridade aos processos”, afirmou. O parlamentar mencionou também que, agora, o trabalhador espera menos tempo para marcar audiências.

Já o juiz Múcio Borges, titular da 13ª Vara do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, acredita que a principal motivação para a queda das ações é que o acesso à Justiça ficou mais “oneroso”.

Ele lembra que, com a reforma, o trabalhador que perder a ação deve pagar os custos processuais e os gastos com os advogados da empresa.

“O empregado está com receio de ajuizar ações trabalhistas porque, se não tiver sucesso no pleito, vai ter que pagar as custas”, observou.

Taxa de desemprego

A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua mostrou que a taxa de desemprego no Brasil subiu para 13,1% no primeiro trimestre de 2018, chegando a 13,7 milhões de desempregados.

O aumento foi de 11,2% em relação ao trimestre anterior (12,3 milhões de desocupados), mas representou queda de 3,4% se comparado aos três primeiros meses de 2017 (14,2 milhões).

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, acusou aumento de 0,15% do emprego formal no Brasil, em março.

Os reflexos da reforma trabalhista já começam a ser notificados durante o período: a tendência é que os números de trabalho intermitente e de desligamento mediante acordo direto entre empresas e trabalhadores continuem aumentando.

Na opinião do deputado Rogério Marinho, “outras questões estruturais” são necessárias para a retomada do emprego no país. “A reforma por si só não é suficiente para gerar empregos” disse, citando a Reforma da Previdência e a simplificação tributária como outras medidas que precisam ser aplicadas.

Informalidade e insegurança jurídica

Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados (Anamatra), Guilherme Feliciano, a reforma não alcançou duas das principais “promessas” feitas pelos defensores das mudanças: dinamização da economia e mais segurança jurídica.

Ele afirma que os dados tímidos de aumento dos postos de trabalho refletem um crescimento apenas dos empregos com baixa remuneração, de até dois salários mínimos.

“Os números têm demonstrado um aumento da informalidade e uma utilização em escala maior desses contratos mais precários. O pequeno incremento [de empregos] foi na faixa mais baixa do ponto de vista salarial, o que demonstra que talvez o que estejamos vivendo seja uma pequena migração de trabalhadores de postos com mais direitos para postos de trabalho menos protegidos”, criticou.

Feliciano classifica a insegurança jurídica como o “principal subproduto” e o caso “mais gritante do insucesso” da reforma. “A reforma tornou o acesso à Justiça do Trabalho mais caro e mais difícil do que no próprio processo civil. Os trabalhadores estão com medo de ajuizar ações, nos casos que envolvem provas mais complexas”, disse.

Ele cita, como exemplo de obstáculo econômico ao trabalhador, a obrigação de pagar honorários advocatícios entre 5% e 15% da indenização solicitada, caso perca a ação. “Ele [o trabalhador] tem medo de sair endividado. Se é esta a razão pela queda das ações trabalhistas, não há nada de bom e virtuoso nisso”, opinou.

Segundo Rogério Marinho, a reforma fez com que o trabalhador recorra à Justiça só quando “tiver a convicção” de que teve o seu direito violado. Ele disse que o problema da informalidade é histórico no Brasil e só deve ser solucionado na medida em que as dúvidas sobre a vigência das novas normas forem sanadas.

As inseguranças jurídicas são mencionadas por diferentes especialistas na área. De acordo com o juiz Múcio Borges, os advogados estão receosos de entrar com processos na Justiça, e as empresas temem aplicar a nova lei, porque “não se sabe ainda” quais serão as interpretações do Judiciário a respeito do tema, embora esteja claro que os juízes vão cumprir a legislação.

Até hoje, já foram protocoladas no Supremo Tribunal Federal 21 Ações Diretas de Inconstitucionalidade em busca de uma jurisprudência sobre o assunto, que ainda não foram julgadas pelos ministros.
Medida Provisória

A lei 13.467/2017, que contém o texto da reforma trabalhista, foi sancionada pelo presidente Michel Temer em julho do ano passado, dois dias depois de ter sido aprovada pelo Congresso Nacional. O projeto passou pelo Senado sem alterações para que não precisasse retornar para análise dos deputados.

O acordo ocorreu após promessa do líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), de que o Palácio do Planalto enviaria uma medida provisória para ajustar os pontos que desagradavam os senadores, o que ocorreu quatro meses depois, quando as mudanças entraram em vigor.

No entanto, a chamada MP 808/2017 sequer começou a tramitar na primeira fase de análise. Sem consenso e com quase mil emendas apresentadas ao texto, nem o relator da comissão especial chegou a ser designado.

Dentre as principais mudanças, a MP deixava claro que a lei se aplicava, na integralidade, aos contratos de trabalho vigentes, impedia o trabalho insalubre de grávidas e lactantes e trazia mais critérios para a jornada de 12 x 36 horas e o trabalho intermitente.

“Na prática, diante da incerteza legislativa gerada com a perda de vigência da MP, os empregadores não estão aderindo à nova lei com tanta ênfase e eficácia por conta dessa insegurança, de não haver interpretação definitiva sobre a nova lei”, disse o juiz Múcio Borges.

O deputado Rogério Marinho reconhece que, sem a medida provisória, há instabilidade, já que o texto tratava de pontos que estimulariam a formalização dos trabalhadores.

“Isso gera uma insegurança das empresas que poderiam trabalhar no setor. O que esperamos é que, passado o território da vacância da lei [MP], vai começar um grande movimento de formalização desses empregados”, prevê.

Quando a MP caducou, o governo federal anunciou que iria editar um decreto para ajustar os pontos mais polêmicos da reforma, mas ainda não há um posicionamento final se a regulamentação vai realmente acontecer.

Procurado pela Agência Brasil, o Ministério do Trabalho disse que o governo “está analisando” as medidas que “poderão vir a ser tomadas”.

Esclareceu que quase oito mil novos postos de trabalho na modalidade intermitente foram criados nos três primeiros meses deste ano e a expectativa é de que as empresas do ramo de alimentação, como fast food e restaurantes, “ampliem o número de contratações”.

“A expectativa do Ministério do Trabalho é que a geração de empregos se intensifique nos próximos meses, apoiada no cenário de crescimento econômico projetado e nas possibilidades de contratação e segurança jurídica trazidas pela modernização das leis trabalhistas. A reforma é fundamental para a adequação do mercado de trabalho à realidade produtiva do país e às novas tecnologias”, afirmou.


Jurisprudência dos tribunais

Até hoje, nenhum recurso envolvendo processos trabalhistas abertos depois de novembro chegou à última instância, que é o Tribunal Superior do Trabalho. O TST, no entanto, já se debruça sobre o assunto e criou uma comissão formada pelos ministros do tribunal, responsável por elaborar uma instrução normativa sobre as aplicações da reforma.

Um dos principais pontos discutidos são os contratos de trabalho assinados antes da vigência da lei. Os magistrados podem entender que a legislação vale para todos os trabalhadores ou somente para os que assinaram a carteira depois de 11 de novembro.

De acordo com o ministro Ives Gandra, do TST, os próprios integrantes do tribunal estão divididos sobre o assunto. Segundo a assessoria de imprensa do TST, o prazo para os trabalhos da comissão se encerra na próxima sexta-feira (18).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Caixa divulga orçamento do FGTS para habitação popular		
	Veículo: CBIC	Data: 10/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	


Caixa divulga orçamento do FGTS para habitação popular



A Circular da Caixa Econômica Federal 809/2018, publicada ontem (09/05), no Diário Oficial da União (DOU), dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS para o exercício de 2018. Dentre outras medidas, a circular estabelece que, no âmbito da Área de Habitação Popular, ficam destinados no máximo R\$ 30 bilhões para a concessão de financiamentos a pessoas físicas ou jurídicas que beneficiem famílias com renda mensal bruta limitada a R\$ 4 mil.

Clique aqui para acessar a íntegra da Circular CEF 809/2018.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: CPRT/CBIC estabelece canal de comunicação com revista especializada em Saúde e Segurança do Trabalho		
	Veículo: CBIC	Data: 10/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	

CPRT/CBIC estabelece canal de comunicação com revista especializada em Saúde e Segurança do Trabalho




O presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Fernando Guedes Ferreira Filho, esteve ontem (9/5), em Novo Hamburgo/RS, em visita à sede da Proteção Publicação e Eventos, editora da Revista Proteção. A empresa dispõe de publicação mensal especializada em Saúde e Segurança do Trabalho.

Fernando Guedes foi recebido pelo diretor da Revista, Alexandre Egger Gusmão. Na ocasião, Guedes apresentou a missão e os objetivos da CBIC, especialmente os da Comissão que preside, bem como os trabalhos desenvolvidos pela entidade. Entregou exemplares dos materiais orientativos elaborados pela CBIC, em correalização com o Sesi-DN, tais como os guias e os vídeos orientativos de segurança e a ferramenta de simulação de acidentes “**Construindo Segurança e Saúde**”, que está disponível no site da entidade e que tem por objetivo conscientizar e incentivar a importância do investimento em segurança do trabalho como forma de mitigar acidentes e com isso reduzir os custos para as empresas.

Também foram entregues as publicações realizadas pelo Sesi e pela CBIC, no âmbito do Programa Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção (PNSST-IC), e os vídeos da série 100% Seguro, ressaltando a parceria entre a CBIC e o Sesi nas ações de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e na valorização do trabalhador da construção civil. Além disso, Fernando Guedes informou à equipe da Revista a agenda de eventos da CBIC, especialmente onde são discutidos SST, tais como o 90º Encontro Nacional de Segurança e Saúde na Indústria da Construção (Enic), em Florianópolis, em que a CPRT terá painéis especiais tratando de SST e Relações do Trabalho, nas tardes dos dias 17 e 18 de maio; o Encontro Nacional de Segurança e Saúde na Indústria da Construção, que integra a agenda da entidade e acontece anualmente no mês de outubro em Brasília, e os eventos regionais da Canpat Construção, realizados no ciclo 2017/2018, mencionando a expectativa de temas a serem trabalhados no próximo ciclo.

O diretor Alexandre Gusmão se mostrou bastante interessado nas realizações da CBIC. Elogiou as iniciativas da entidade e manifestou que se trata de conteúdos com muita consistência e que devem ser explorados e divulgados permanentemente. Participaram do encontro, Gilmara Dezan (assessora e gestora de Projetos da CPRT/CBIC), Doca de Oliveira (coordenadora de Comunicação da CBIC), Daniela Bossle (editora da Revista) e Rose Lanius (gerente comercial).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Subsídios à revisão da ABNT NBR 15575/2013 para os requisitos de durabilidade integrarão síntese a ser apresentada pela Comat/CBIC no 90º Enic		
	Veículo: CBIC	Data: 10/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	

Subsídios à revisão da ABNT NBR 15575/2013 para os requisitos de durabilidade integrarão síntese a ser apresentada pela Comat/CBIC no 90º Enic



Realizou-se hoje (10/05), em São Paulo, o workshop visando subsidiar a revisão da ABNT NBR 15575 no que diz respeito aos requisitos e critérios de durabilidade desta vez promovido pelo Departamento de Engenharia de Construção Civil da Escola Politécnica da USP com o apoio da CBIC, Senai Nacional, SindusCon-SP e Secovi-SP.

Como os demais workshops realizados pela CBIC, esse foi focado em identificar ajustes e melhorias no tema a partir da realidade de aplicação no mercado. Assim, foram discutidos os avanços obtidos nesses cinco anos em torno da durabilidade dos sistemas construtivos, identificando-se como se pode aperfeiçoar a referida norma no sentido da avaliação de durabilidade e quanto às responsabilidades pela vida útil dos sistemas e da edificação. Também foi discutida a necessidade de maior esclarecimento sobre a relação entre garantias e vida útil.

As necessidades levantadas se incorporarão à síntese que está sendo organizada pela Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat) da CBIC para alimentar o processo de revisão da ABNT NBR 15575 que será divulgada no dia 18 de maio, no 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), em Florianópolis/SC. **Confira no site,** a programação da Comat/CBIC no Enic.

MAIS NOTÍCIAS

InfoMoney

[Qual o melhor título do Tesouro Direto para fugir de eventual calote da dívida?](#)

DCI

['Dragão' domado ajuda a Selic](#)

Diário do Comércio

[Confiança da construção civil retrai 0,1 ponto, motivada pelas incertezas no Brasil](#)

Terra

[Construção civil projeta recuperação em 2018](#)

G1

[Crise estagnou preços da construção civil nos últimos 12 meses no AP, diz sindicato](#)

Midiamax

[Custo da construção civil sobe 0,26% em abril e acumula alta de 3,61%](#)

AGENDA

MAIO

16, 17 e 18 – 90° Enic 2018

22 – 5° Reunião da Diretoria